

A paixão por falsas controvérsias



Por CARLOS ÁGUEDO PAIVA*

Considerações sobre a possível chapa Lula-Alckmin

Em flagrante contraste com a discrição dos dois maiores envolvidos no caso, o Brasil inteiro parece não ter outro tema além da possível chapa Lula-Alckmin para 2022. Como regra geral, as manifestações são de surpresa. Mas há surpresos que saúdam e festejam a “geringonça” enquanto outros tantos que se mostram chocados e a execram. E tal como em outras vezes, os “contrários formais” vêm revelando sua “identidade dialética” na nova polêmica.

A esquerda mais radical tem se mostrado revoltada com o retrocesso político representado por uma composição do lulopetismo com um personagem que é mais do que um político de centro direita: é um ícone entre os “tucanos raiz”. A direita mais extremada também bate forte na chapa Frankenstein, pois já antecipa o que ela significaria para invalidar a caracterização da candidatura Lula como esquerdista, avessa ao diálogo, populista, fisiológica e corrupta. Alckmin não inviabiliza estas críticas por ser um político exemplar, acima de qualquer suspeita. Mas pelo fato de a mídia conservadora tê-lo apresentado como o exemplo do anti-petismo ao longo de décadas. E, agora, ele mesmo estaria dando seu aval para o retorno de Lula à presidência como segundo da chapa.

De outro lado, a “geringonça” vem recebendo aplausos daquela parcela da esquerda brasileira mais preocupada com a ampliação da base de apoio à candidatura e de sustentação de um futuro governo Lula do que com a pureza e o *pedigree* político do vice. Flávio Dino sintetizou esta perspectiva com ironia e agudeza: “Não se faz sanduíche de pão com pão. Sanduíche é mistura”. E a chapa também foi saudada pela fração menos conservadora dos (já quase ex-) defensores da “terceira-via”, aflitos com a baixa adesão popular e dificuldade de decolagem da candidatura Ciro. Este grupo resistia à candidatura Lula acima de tudo por temer que o retorno do PT ao Executivo Federal também significasse o resgate da polarização política que marcou o país entre 1994 e 2016. Esta polarização estaria na base da articulação do golpe-impeachment de 2016 e da farsa judicial responsável pela prisão de Lula após sucessivas vitórias eleitorais do PT sobre o PSDB; a despeito da hegemonia política deste último partido em São Paulo (um terço do PIB nacional) e entre a elite econômica nacional pretensamente intelectualizada, que rima modernização com privatização, mas não com inclusão. Os riscos deste *déjà-vu al revés* seriam evidentes em um país de instituições políticas frágeis, mas com sistemas de Justiça e Segurança (Judiciário, Ministério Público, Polícias e Forças Armadas) tão fortes quanto propensas a exercer sua autoridade com base em convicções ideológicas e compromissos com a sustentação da ordem social excluente. Na perspectiva destes analistas, a composição Lula-Alckmin eliminaria os riscos de retorno ao passado, solapando os argumentos que – a despeito da postura do próprio candidato – ainda emprestam alguma racionalidade à candidatura Ciro.

Mas a unidade dos contrários à qual nos referimos acima vai muito além do acordo (tão recorrente) entre ultra-esquerda e ultra-direita na crítica radical às composições políticas conciliadoras ou do acordo entre esquerda e direita moderadas no aplauso a estas mesmas composições. Na verdade, a grande unidade de contrários encontra-se na surpresa universal e na disposição de tantos a polemizar sobre a chapa Lula-Alckmin como se ela contivesse alguma dimensão disruptiva. Este é o grande equívoco que nos permite caracterizar toda a polêmica como, essencialmente falsa. Senão vejamos.

Em uma das análises mais acuradas do significado político da [“geringonça 2022”](#) o consultor político Renato Pereira afirma que a composição Lula-Alckmin: “equivaleria à Carta ao Povo Brasileiro assinada em 2002 pelo petista ... divulgada com o objetivo de diminuir a resistência ao nome de Lula no mercado financeiro. Nela, [Lula] comprometia-se a respeitar

a terra é redonda

contratos, preservar o superávit primário e reduzir a dívida pública”.

Bingo! Muito mais do que a escolha de José Alencar como vice, foi na famosa Carta que Lula declarou os limites de seu futuro governo em termos de modernização e ruptura com os dois mandatos de FHC. Mas ainda é preciso dar um passo a mais na análise e fazer a pergunta realmente central: por que a mesma esquerda que recebeu a Carta de 2002 com magistral tranquilidade reage, hoje, com hostilidade à possibilidade de composição com Alckmin?

A resposta não é simples; tem inúmeras dimensões, todas elas imbricadas. Mas um elemento destaca-se entre os demais: o compromisso expresso em uma composição de ex-antagonistas é óbvio e transparente; enquanto o compromisso de manutenção de uma determinada política econômica é sutil e relativamente incompreensível para quem não é economista, banqueiro ou operador do mercado. Na realidade, acredito que a oposição entre a transparência dos acordos que estão sendo firmados em 2021 e a opacidade dos acordos que foram firmados em 2001 e 2002 seja ainda mais profunda. Não há dúvida de que os acordos subjacentes à Carta ao Povo Brasileiro de 2002 foram articulados sob a liderança de Antônio Palocci. O que não podemos asseverar (malgrado os abundantes indícios) é se o “mercado” já sabia, muito antes das eleições de 2002, que a equipe econômica do primeiro mandato de Lula: (1) seria gerida por Palocci; (2) contaria entre seus principais quadros com Henrique Meirelles, Marcos Lisboa e Joaquim Levy; e (3) adotaria padrões de gestão monetário-cambial e metas de superávit primário como percentagem do PIB ainda mais ortodoxos e consistentes com os interesses do setor financeiro do que aqueles que caracterizaram o segundo mandato de FHC.

Mas a opacidade dos movimentos de 2002 não é capaz de explicar toda a diferença da reação da esquerda aos acordos sinalizados, à época, pela Carta, e hoje, pela possível dobradinha Lula-Alckmin. Afinal, o que era obscuro até a posse ficou cristalino nos primeiros meses do primeiro mandato de Lula. Sem que emergisse qualquer crítica ou reação substantiva dentro da esquerda do PT. A mobilização pela criação do PSOL só emergiu quando as políticas econômicas de inflexão neoliberal dos primeiros anos do primeiro mandato de Lula atingiram os interesses corporativos de parcela do funcionalismo público federal, com a pequena Reforma da Previdência de 2003/4. E o novo partido logo se engajará em campanhas de crítica aos governos petistas por pretenso envolvimento em fisiologismo e corrupção (Mensalão, Ficha-Limpa, Lava-Jato, etc.); independentemente do fato destas campanhas terem sido articuladas por partidos conservadores, pela grande mídia e por lideranças politizadas do Judiciário e do Ministério Público nacional. Um engajamento que porta um recado claro e transparente: para esta vertente da esquerda, por uma “boa causa”, qualquer aliança é permitida.

Pedimos perdão pela digressão (talvez excessiva), mas ela nos pareceu importante para demonstrar que o surpreendente não é a possibilidade de uma chapa Lula-Alckmin mas, isto sim, a pretensão de que uma tal “geringonça” seja estranha à tradição política nacional e às práticas da esquerda brasileira. A prática política da esquerda brasileira nos últimos anos foi marcada por “geringoncismos”. Seja a prática do PT no poder - gerindo o problemático presidencialismo de coalização -, seja a prática do PSOL e de outros partidos (pretensamente) à esquerda do PT, que, de uma forma ou de outra, se articularam às bandeiras vassourinhas e lava-jatistas erguidas pela mídia conservadora e pelo Judiciário politicizado a serviço da Casa Grande antipetista.

Na verdade, do nosso ponto de vista, a principal novidade da campanha de Lula e do PT para as eleições de 2022 encontra-se na articulação de um programa econômico muito mais à esquerda do que o programa de 2002. Acreditamos que este programa ainda seja marcadamente insuficiente e vimos tentando contribuir para o mesmo apontando para aqueles que, do nosso ponto de vista são os seus dois calcanhares de Aquiles: 1) a excessiva dependência da aprovação de reformas legais e constitucionais (como a reforma da PEC do Teto dos Gastos); e 2) a virtual desconsideração do problema da crônica inflação brasileira e ausência de qualquer crítica ao padrão de controle de preços baseado na [ancoragem cambial](#). Mas, para além de suas carências reais, as diferenças com o programa econômico de 2002 são evidentes. A começar pela equipe responsável por sua formulação, coordenada por Guilherme Mello e Aloísio Mercadante, professores da Unicamp de clara inflexão heterodoxa. Além do fato deste programa estar sendo objeto de ampla discussão nacional através dos fóruns regionais da Fundação Perseu Abramo e das diversas setoriais do PT.

Em suma: se há uma novidade na campanha de 2022 em relação à campanha de 2002 esta novidade não se encontra na possível chapa Lula-Alckmin. A grande novidade é que todo o debate em torno das alianças e da estratégia econômica da futura gestão está sendo feito com um grau de transparência efetivamente revolucionário num país onde a política sempre foi feita por cima, no conchavo entre os “mais iguais”. Para muitos, esta novidade é insuportável. Especialmente para aquela fração da esquerda que não se cansa de representar os papéis de Cândido e/ou de Vestal, para ter a oportunidade, a

a terra é redonda

posteriori, de se chocar com a descoberta de que é impossível governar sem acordos e concessões.

A ingenuidade real não é uma qualidade entre agentes políticos. Mas a falsa ingenuidade é ainda mais perversa. Pois funciona como uma bomba-relógio programada para explodir no momento mais inconveniente: com o governo em curso. Venha ou não a ocorrer uma eventual chapa Lula-Alckmin, a mera especulação sobre a mesma já cumpriu o seu papel: o de evidenciar o óbvio para as eternas vestais da esquerda: sim, haverá composições, negociações, concessões e alianças com ex-adversários. Quem não conhece o jogo da política e da governança, que desça do barco enquanto é tempo. Pois a viagem será longa e complexa, haverá borrascas e maremotos, e é preciso evitar, desde logo, os motins e o fogo (nada) amigo a bordo.

***Carlos Águedo Paiva** é doutor em economia pela Unicamp.